

# CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS



**Ata da Reunião de 26 / 02 / 2021**

---

**Ata n.º 05 destinada a:**

---

---

---



CR  
R

ATA N.º 05

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e um, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Vendas Novas, sendo que, ao abrigo da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, a reunião realizou-se através de videoconferência, tendo estado:

**PRESIDENTE..... LUÍS CARLOS PITEIRA DIAS**  
**VICE-PRESIDENTE ELSA CRISTINA N. DOS SANTOS CAEIRO**  
**VEREADORES ANA CARLA ARRANJA M. DE BARROS**  
**JOÃO TERESA RIBEIRO**  
**BRUNO ALEXANDRE GOMES**  
**MARIA EMÍLIA PITEIRA V. PAULINO**  
**SUSANA MARIA BARREIROS GONÇALVES**

A reunião foi secretariada pelo Secretário do GAP, Pedro Miguel Dias Pinto.

**ABERTURA OFICIAL DA REUNIÃO**

Pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião eram 15 H 00.

**1. PONTO – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO**

**Não houve intervenções.**

**2. Ponto – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**INFORMAÇÕES**

Tomou a palavra o **Presidente**, informando que no dia 19 de fevereiro participou numa reunião do Conselho Executivo da AMGAP, no dia 21, juntamente com os restantes Vereadores com pelouros atribuídos, participou numa reunião a pedido da Associação de Moradores da Afeiteira.



No dia 22, também com os referidos Vereadores, participou numa formação sobre Competências de Líderes Colaborativos e no dia 22 participou na reunião do Conselho Intermunicipal da CIMAC. Propõe que seja retirado da Ordem de Trabalhos o ponto 3.2.4, uma vez que dizia respeito a uma candidatura em conjunto com a Associação de Municípios Portugueses do Vinho, que já não irá ser submetida pela referida Associação.

Interveio a **Vereadora Ana Barros**, referindo que no dia 18 de fevereiro participou, por videoconferência, no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas e no dia 25 participou numa reunião, também por videoconferência, com o Agrupamento de Escolas, para conhecer um novo elemento do referido Agrupamento, que é uma artista residente, relacionado com o plano cultural que o agrupamento pretende implementar. Informa que houve uma candidatura do agrupamento e vieram dois recursos humanos, uma educadora social e uma artista residente. Coincidentemente, neste momento em que o agrupamento está a fazer um plano estratégico na área cultural, o Município está também a começar o mesmo plano, uma estratégia de desenvolvimento da área cultural e, nesse sentido, há um apoio entre ambas as partes a elaborar estes documentos estratégicos. Ainda no dia 25, à noite, esteve presente na Comissão de Acompanhamento à Pandemia COVID-19, na qual foram debatidos assuntos da área da saúde, com os representantes das unidades de saúde de Vendas Novas. Foram colocadas algumas questões, informando que, da parte do Município, deu a conhecer todos os desenvolvimentos que têm sido feitos no âmbito da saúde, que têm sido referidos em sede de reunião de Câmara. Concretamente, no que diz respeito à vacinação, refere que na passada quarta-feira, dia 24, já se iniciou a segunda etapa da primeira fase, ou seja, destinada a pessoas com mais de 50 anos e com alguma patologia identificada, das que se encontram nesta prioridade. Informa que, neste âmbito, em Vendas Novas existem nesta condição cerca de quatrocentas pessoas. Estão também já a ser chamadas para serem vacinadas as pessoas com mais de 80 anos, independentemente de terem ou não alguma patologia, existindo cerca de mil e cem pessoas no Concelho nessas condições. Ou seja, nesta segunda etapa desta primeira fase deveria atingir-se os cerca de mil e quinhentos utentes, em ambas as condições e é para isso que os profissionais de saúde estão a trabalhar. Dá ainda conhecimento que o Município tentou junto do ACES e das Unidades locais disponibilizar ao máximo tudo o que fosse necessário, incluindo instalações, para um eventual Centro de Vacinação, recursos humanos e outros recursos. Informa que, até ao momento, ainda não foi necessário desencadear esse esforço de uma instalação mais ampla para a vacinação, estimando-se que seja necessário numa fase



LD  
AS

seguinte, quando houver ainda mais vacinação diária. No entanto, o Município já está a assegurar transporte dos utentes do Concelho que necessitem do mesmo, para ir fazer a vacina ao Centro de Saúde e a disponibilizar o apoio logístico necessário ao Centro de Saúde. Informa que as pessoas têm reagido bastante bem, especialmente os idosos, com algum alívio quando são chamados e isso tem um impacto positivo na população. O executivo pretende é que toda a gente fique protegida contra o vírus, o mais rapidamente possível.

Tomou a palavra a **Vice-Presidente**, dando conhecimento que no período da manhã do dia 23 de fevereiro, participou numa reunião com a GNR, a Associação Entre Patas e os Serviços da Câmara Municipal do Centro de Recolha Oficial de Animais, relativamente aos procedimentos da recolha de animais abandonados na via pública e outras questões relacionadas com o funcionamento do CRO, tendo também sido estudada a possibilidades de serem feitas campanhas conjuntas entre as três entidades, que se mostraram disponíveis para tal colaboração, porque a questão do abandono é um problema grave com o qual se deparam quase diariamente. No período da tarde do dia 23 participou numa reunião, por videoconferência, promovida pela “Agência Lisboa Inova”, relativamente a serviços dos ecossistemas e da gestão da biodiversidade urbana. No dia 24 de fevereiro participou numa reunião com a CCDRALentejo, para acompanhamento dos trabalhos de revisão do PDM e também numa reunião do Projeto Eco-escolas.

Relativamente às questões da COVID-19, o **Vereador Teresa Ribeiro**, em representação dos Vereadores da CDU, reforça que a Câmara Municipal deve fazer o máximo em benefício das populações do Concelho, pensa que o estão a fazer, disponibilizando-se para ajudar no que for necessário. Afirma que, em primeiro lugar, está a saúde, pois sem ela nada pode ser feito, não tendo sido por acaso que, quando os Vereadores da CDU tomaram posição sobre o Fundo de Emergência Municipal, apresentaram uma proposta para que o referido fundo fosse reforçado, sempre com a preocupação de existirem verbas disponíveis para ajudar quem precisa. Outro problema que está a afetar o país e o Concelho de Vendas Novas, é o desemprego, pois cada vez há mais pessoas com dificuldades, no desemprego ou a trabalhar apenas em part-time, e uma vez que, na presente reunião, não é dada essa informação, pergunta ao Presidente qual é o ponto de situação do desemprego no Concelho de Vendas Novas, se tem dados de como tem sido a evolução e como é o comportamento das empresas relativamente aos seus trabalhadores. Como sempre tem dito, em Vendas Novas, no país e em todo o mundo, são importantes os empresários,



mas também são importantes os trabalhadores, visto que sem trabalhadores não há empresários. Tomou a palavra o **Presidente**, agradecendo a preocupação dos Vereadores da CDU, pois considera ser importante que todos os presentes estejam unidos e em consenso numa matéria que, como todos compreenderão, é completamente transversal e em que todos estão do mesmo lado. Agradece as palavras do Vereador Teresa Ribeiro e informa que o executivo está a fazer o máximo e estão a evoluir no sentido de dar resposta às necessidades que vão surgindo na comunidade vendasnovense. Uma vez que ao nível da saúde, o desenvolvimento tem sido acompanhado pela Vereadora Ana Barros, pergunta se esta pretende dar mais alguma informação, para além da que já deu até ao momento.

Interveio a **Vereadora Ana Barros**, informando que a Câmara Municipal tinha feito uma encomenda de alguns testes COVID, para ficarem com alguns no Município e sobretudo para ficarem na retaguarda do Agrupamento de Escolas, para o que fosse necessário. Refere que, neste momento, só se encontram a funcionar as chamadas “escolas de acolhimento”, estando a ser acolhidos alunos na Escola Secundária e no Centro Educativo, de acordo com o seu nível de ensino. Afirma que este stock de testes tem a ver com uma testagem que tem vindo a ser feita por protocolo entre o Ministério da Educação e a Cruz Vermelha, na altura em que ainda só se encontrava em funcionamento a “escola de acolhimento” da Escola Secundária, que foi pela qual se iniciou a testagem. No fundo, este stock é para servir de retaguarda ao Centro Educativo, ou seja, à “escola de acolhimento”, ao nível do Centro Educativo. O Município irá agora, através do Agrupamento de Escolas, colocar os referidos testes à disposição dos elementos da comunidade educativa, docentes e não docentes, que precisem ou que vejam necessidade de fazer o teste da COVID e assim ficarão testadas ambas as “escolas de acolhimento”. Refere que sabem que os testes retratam exatamente a altura em que é feito o teste, não se podendo generalizar o resultado ao dia seguinte. Isso quer dizer que o teste vale apenas no dia em que é feito, mas se isso servir para tranquilizar a atividade profissional dessas pessoas, o Município cá estará para ter este stock e servir os docentes e não docentes desta escola.

Em relação ao desemprego, o **Presidente** refere que o relatório relativo ao mês de janeiro deverá vir à próxima reunião. No entanto, como teve oportunidade de conhecer o relatório com os dados do IIEFP, pode adiantar que no mês de janeiro, atipicamente ao que é normal, Vendas Novas teve uma queda de cerca de 13 % face a dezembro. Ou seja, de dezembro para janeiro, o desemprego baixou de forma muito significativa. Em dezembro, estavam registados 286 desempregados no



LR  
R

Concelho e no final do mês de janeiro eram 249. Portanto, verificou-se uma redução muito significativa no desemprego, o que quer dizer que as empresas e a componente económica do Concelho têm aguentado com muita resiliência, o embate pandémico e a maior parte das unidades fabris do Parque Industrial continuam em modo “cruzeiro”, bem como outras áreas. Refere também que este é o número mais baixo de desempregados no Concelho desde a pandemia, ou seja, inclusive inferior a março de 2020, em que estavam registados 259 desempregados. Portanto, o mês de janeiro de 2021 trouxe uma quebra no desemprego que é de facto importante, afirmando que também é importante considerar que para este número não contam as pessoas que estão em lay off, uma vez que esses estão empregados, tratando-se de um recurso que mantém o vínculo de emprego. Afirmo que as medidas de apoio social às empresas não contam para estes números. São números à parte, e existem algumas situações de lay off no Concelho, uns em fase de levantamento e outros em permanência. Mas, de facto, houve mais emprego e menos desempregados registados no mês de janeiro, o que é um sintoma e um sinal bastante positivo, para uma economia que está a levar um embate, como todos sabem. Mas ainda assim, Vendas Novas está a aguentar com mais resiliência que a restante região e até mesmo que o nosso país. Pede ao Vereador Teresa Ribeiro que tome como indicativos os dados que forneceu, uma vez que o relatório virá à reunião de Câmara, mas foram os dados que, de forma muito rápida, conseguiu obter do relatório do IEFP.

Interveio o Vereador Teresa Ribeiro, referindo que a Vereadora Ana Barros falou na segunda fase da vacinação e disse que iriam ser vacinadas cerca de mil e quinhentas pessoas. Pergunta se a Vereadora tem a informação de até quando dura a efetivação dessas vacinas.

Tomou a palavra a Vereadora Ana Barros, afirmando que não tem essa informação em concreto e as mil e quinhentas pessoas que referiu são ainda da primeira fase, ou seja, é a segunda etapa da primeira fase. Sobre a disponibilização das vacinas, informa que não compreendiam se eram as Unidades de Saúde que requisitavam um determinado número de vacinas diariamente, de acordo com o que tinham planeado, ou se eram as Estruturas Distritais que diziam qual o número de vacinas que eram disponibilizadas diariamente. Colocaram essa questão no dia anterior, mas continuam sem perceber muito bem, porque, segundo parece, há as duas vacinas das duas marcas conhecidas no mercado e ambas têm procedimentos diferentes, tanto de transporte, como de conservação. Informa que, nesta primeira fase, as coisas estão a ser agendadas praticamente ao dia, as pessoas sendo chamadas, convocadas e, quase de um dia para o outro preenchem o dia.



Segundo percebeu no dia anterior, depois de ultrapassada a fase inicial e de todos estarem mais no terreno poderão organizar as coisas de outra forma e serem mais rápidos e aumentar o número de vacinas por dia. Afirmar que não conseguiram obter respostas concretas sobre essas questões, sendo que o objetivo das Unidades é vacinar o máximo número de pessoas por dia.

Tomou a palavra o **Presidente**, referindo que, como é conhecido, pois faz parte do panorama mediático nacional, está a verificar-se um défice na entrega das vacinas ao nível europeu. As farmacêuticas não estão a conseguir dar resposta às solicitações e ao acompanhamento do plano, o que implica que a nível nacional não se consiga desenvolver o plano de acordo com o que estava estabelecido e que, conseqüentemente, o mesmo aconteça ao nível local e regional. Portanto, afirma que é difícil fazer um planeamento sem uma calendarização das entregas das vacinas. Refere que são questões que ultrapassam o executivo, mas que este, através da Vereadora Ana Barros, está a acompanhar diariamente. Sabe que assim que o Centro de Saúde tenha as vacinas na sua posse, as utiliza e bem, considerando que isso é o mais importante. O executivo também sabe que tem recursos municipais, em articulação com a Proteção Civil e com o Vereador Bruno Gomes, que estão prontos para o caso de ser necessária alguma coisa da sua parte. Se chegarem mil vacinas para dar em poucas horas, afirma que o executivo estará pronto para agir e para dar resposta se for necessário, caso essa situação venha a acontecer.

### **3. PONTO – PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

#### **3.1 – Empreitada Ciclovia e via pedonal de modo a interligar a Av. 25 de Abril, o Parque Desportivo, o Parque de Feiras e Exposições e as Escolas Secundárias e C+S - Aprovação de elementos de projeto e de concurso**

Sendo entendimento da CMVN promover a melhoria das condições de mobilidade na Entrada Sul da Cidade, conforme inscrito no plano plurianual de investimentos, procedeu-se à elaboração dos projetos de execução e preparação dos elementos de concurso necessários para a contratação da Empreitada. Face à necessidade de instalação de iluminação pública nos arruamentos a interencionar, foi elaborado o respetivo projeto da especialidade e submetido à aprovação na EDP. No sentido de possibilitar o devido andamento do procedimento de contratação para a execução da “Empreitada Ciclovia e via pedonal de modo a interligar a Av. 25 de Abril, o Parque Desportivo, o Parque de Feiras e Exposições e as Escolas Secundárias e C+S”, propõe-se o



LR  
AS

seguinte: a) Aprovação dos elementos de projeto (peças escritas e desenhadas e estimativa orçamental no valor de 1.500.000,00 €) e dos elementos de concurso (programa de concurso – PC, caderno de encargos – CE e mapa de quantidades - MQ), da “Empreitada Ciclovia e via pedonal de modo a interligar a Av. 25 de Abril, o Parque Desportivo, o Parque de Feiras e Exposições e as Escolas Secundárias e C+S”.

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar os elementos de projeto (peças escritas e desenhadas e estimativa orçamental no valor de 1.500.000,00 €), e os elementos de concurso (Caderno de Encargos e Programa de concurso) da “Empreitada Ciclovia e via pedonal de modo a interligar a Av. 25 de Abril, o Parque Desportivo, o Parque de Feiras e Exposições e as Escolas Secundárias e C+S”.**

**Não participaram na discussão e votação, os Vereadores Teresa Ribeiro e Emília Paulino que apresentaram uma declaração (Doc. 28/2021).**

### **3.2 - Expediente**

#### **3.2.1 – Atas**

Foi lida e **aprovada, por maioria**, com os votos contra dos Vereadores Teresa Ribeiro e Emília Paulino, que apresentaram declaração de voto que se anexa (Doc. 29/2021) a Ata n.º 01, respeitante à reunião realizada em 8 de janeiro de 2021.

#### **3.2.2 - Abertura de Conta Bancária para suporte das transações bancárias a efetuar no âmbito dos Censos 2021**

Presente proposta do Chefe da Divisão Administrativa e Financeira (DAF), para que o Presidente solicite que a Câmara Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Sistema de Controlo Interno, e para os efeitos do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 54/2019, de 18 de abril, aprove a abertura de uma conta bancária na Caixa Geral de Depósitos, para depósito da dotação atribuída pelo INE, I. P., e pagamento de todas as despesas relativas aos Censos 2021 efetuadas em nome deste Instituto, com a designação “CENSOS2021”.

Tomou a palavra o **Presidente**, apresentando o ponto.

Interveio o **Vereador Teresa Ribeiro**, informando que os Vereadores da CDU irão votar



favoravelmente, perguntando se tem alguma informação, sobre o processo dos Censos 2021.

O **Presidente** refere que têm a informação de que os Censos arrancarão no mês de abril, já existindo inscrições, mais do que suficientes, na plataforma do Instituto Nacional de Estatísticas, que estiveram abertas no último mês, para os recenseadores que irão estar no terreno. Informa que o processo este ano é um pouco diferente, podendo ser feito tudo *on line*. Irão ser distribuídas cartas em todas as casas do Concelho e com esse código que irá ser entregue as pessoas podem aceder à plataforma e preencher *on line*. Mas quem não tiver essa oportunidade e possibilidade, poderá sempre fazê-lo na Câmara Municipal, nas Juntas de Freguesia onde irão ser criados balcões específicos e posteriormente os recenseadores farão a confirmação e validação de quem fez e quem não fez e irão a casa de quem não fez. Em resumo, no mês de março será feita a formação das pessoas e a escolha dos recenseadores, no mês de abril arrancará o processo oficial da recolha de informação, que estará concluído em junho, sendo esta a informação que dispõe no momento. Informa que o responsável indicado por si, enquanto Presidente da Câmara Municipal, pelos Censos 2021 no Concelho de Vendas Novas, foi o Dr. Hélder Fernandes, que com a experiência que tem, o deixa muito à vontade para o trabalho que vai ser desenvolvido.

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, ao abrigo do disposto no artigo 3.º do Sistema de Controlo Interno, a abertura de uma conta bancária na Caixa Geral de Depósitos, para depósito da dotação atribuída pelo INE, I. P., e pagamento de todas as despesas relativas aos Censos 2021 efetuadas em nome deste Instituto, com a designação “CENSOS2021”.**

### **3.2.3 - Projeto WIFI TURISMO@ALENTEJO CENTRAL**

A Câmara Municipal, em 22 de janeiro de 2020, aprovou a integração de um agrupamento de entidades adjudicantes para lançamento de um concurso público internacional para implementação das redes e infraestruturas do projeto “Wifi Turismo@Alentejo Central”. Assim, decorrido o procedimento por concurso público com publicidade Internacional n.º 5/2019, e uma vez que de acordo com o relatório final do júri a única proposta apresentada foi excluída, propõe-se que Câmara Municipal delibere homologar o relatório final e revogar a decisão de contratar nos termos do artigo 80.º do Código dos Contratos Públicos, na redação do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, com a conseqüente extinção do procedimento (cfr artigo 94.º do



LA  
AS

C.P.A.).

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, no âmbito do procedimento por concurso público com publicidade Internacional n.º 5/2019, para Implementação das redes e infraestruturas do projeto Wifi Turismo@Alentejo Central, cuja decisão de contratar foi tomada por todas as entidades incluídas no agrupamento de entidades adjudicantes, nos termos do artigo 39.º do Código dos Contratos Públicos, em 25 de agosto de 2020, o seguinte: a homologar o Relatório Final; b) revogar a decisão de contratar nos termos do artigo 80.º do Código dos Contratos Públicos, na redação do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto com a conseqüente extinção do procedimento (cfr artigo 94.º do C.P.A.).

#### **3.2.4 - Proposta de Parceria com a Associação de Municípios Portugueses do Vinho para apresentação de candidatura ao aviso ALT20-41-2021-33**

A Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV) desenvolve ações e atividades de interesse comum a todos os seus municípios, sendo o Município associada da AMPV, surgiu a possibilidade de estabelecer uma parceria entre os municípios associados para apresentação de candidatura ao aviso supra identificado no âmbito dos “Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária - PATRIMÓNIO NATURAL E CULTURAL”. Assim, propõe-se que seja estabelecido o protocolo com aquela entidade, a fim de concretizar a apresentação da candidatura.

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, retirar o assunto da ordem de trabalhos da reunião.**

#### **3.2.5 - Águas e Saneamento**

- Ricardo Jorge Pacheco de Azevedo solicita o pagamento da fatura de água n.º 76714/2020, no valor total de 303,50 €, em seis prestações e a redução da tarifa de resíduos sólidos. O regulamento Municipal em vigor permite o pagamento faseado até ao máximo de seis prestações. A Tabela de Tarifas e Preços permite a redução da tarifa de RSU, em caso de rotura comprovada.

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o solicitado pelo requerente**



**Ricardo Jorge Pacheco de Azevedo, anulando a fatura de água n.º 76714/2020, no valor total de 303,50 €, autorizando o pagamento em seis prestações mensais, uma prestação no valor de 42,31 € e as restantes cinco prestações no valor de 41,00 € cada, com início na fatura de março de 2021 e fim na fatura de agosto de 2021, reduzindo a tarifa de RSU em 56,19 €, e, celebrando o acordo de pagamentos conforme informação INT\_CMVN/2020/689.**

- Ricardo Jorge Pacheco de Azevedo solicita o pagamento da fatura de água n.º 2886/2021, no valor total de 372,62 €, em seis prestações e a redução da tarifa de resíduos sólidos. O regulamento Municipal em vigor permite o pagamento faseado até ao máximo de seis prestações. A Tabela de Tarifas e Preços permite a redução da tarifa de RSU, em caso de rotura comprovada.

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, deferir o solicitado pelo requerente Ricardo Jorge Pacheco de Azevedo, anulando a fatura de água n.º 2886/2021, no valor total de 372,62 €, autorizando o pagamento em seis prestações mensais, uma prestação no valor de 56,53 € e as restantes cinco prestações no valor de 58,00 € cada, com início na fatura de março de 2021 e fim na fatura de agosto de 2021, reduzindo a tarifa de RSU em 26,09 €, e, celebrando o acordo de pagamentos conforme informação INT\_CMVN/2020/690.**

### **3.2.6 - Pedido de isenção de Taxas Urbanísticas**

Ana Paula Vilelas Lopes, requereu a isenção do pagamento das taxas prevista na alínea d) do número 1 do artigo 9.º do Regulamento de Taxas Urbanísticas de Vendas Novas, relativamente às obras de edificação destinadas a habitação própria, a pessoas singulares cujo grau de invalidez permanente seja igual ou superior a 60 %, relativamente ao processo n.º 450.10.204.03/2020/48. Para o efeito apresentou os documentos previstos no n.º 9 do artigo 9.º acima referido. Assim, propõe-se que a Câmara Municipal aprove a isenção do pagamento de taxas de emissão do Alvará de Licença de Construção no valor total de 207,61 €.

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a isenção do pagamento de**



LD  
R

**taxas de emissão do Alvará de Licença de Construção no valor total de 207,61 €, no âmbito do processo n.º 450.10.204.03/2020/48, à requerente Ana Paula Vilelas Lopes, conforme informação INT\_CMVN/2021/810.**

### **3.2.7 – Aplicação do Programa de Apoio à Redução Tarifária (PART) ao transporte ferroviário de passageiros no Alentejo Central**

Presente para conhecimento, a informação técnica da CIMAC INT\_CIMAC/2021/1, de 19 de fevereiro, a minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação e de Partilha de Competências a estabelecer entre o Estado Português e a Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central (CIMAC) e a minuta do Contrato a estabelecer entre a CP - Comboios de Portugal e a CIMAC, tendo em vista a aplicação do PART à linha ferroviária do Alentejo Central, os quais foram aprovados na reunião do Conselho Intermunicipal da CIMAC do dia 23 de fevereiro. Após a assinatura do contrato com a CP, será aplicado aos utilizadores de Vendas Novas, Montemor, Évora e Viana do Alentejo, o desconto previsto de 40 % à assinatura flexipass.

Foi o ponto apresentado pelo **Presidente**.

Interveio o **Vereador Teresa Ribeiro**, referindo que os Vereadores da CDU ficaram contentes com esta informação, que beneficia as populações, o que é importante. Afirma, uma vez mais, que se as propostas dos deputados do Partido Comunista tivessem sido aceites na Assembleia da República, há anos que estas populações estavam a beneficiar deste desconto.

Tomou a palavra o **Presidente**, afirmando que as propostas não foram aceites no passado, mas foi necessário chegar um Governo do PS, em “geringonça”, para o aprovar. Considera que é importante registar, que há aqui o maior investimento de sempre, da história moderna do nosso país, na área da ferrovia e todos estão de acordo que esse é o melhor meio de transporte coletivo que pode existir, menos poluente, mais rentável e mais barato, e este passo foi conseguido pelo executivo. Mas informa que não ficará por aqui, é necessário aumentar a taxa disponível.

Interveio o **Vereador Teresa Ribeiro**, referindo que o Presidente disse que foi necessário um Governo do Partido Socialista, mas afirma que o Partido Socialista também votou contra as outras propostas apresentadas pelo PCP. Informa o Presidente que se tem de gastar algum tempo a saber o que se passa na Assembleia da República, para se saber quem apresenta as propostas, porque não o fazendo poderão ser injustos com outras pessoas e não se deve ser injusto com



ninguém.

Já que se entra no campo político, o **Presidente** refere que o PCP alicerçou um Governo durante quatro anos e muitas das propostas não foram avante e não sabe porquê, pois se lá estavam e não conseguiram, por algum motivo foi. Afirma que tem de haver equilíbrio e o PCP soube tê-lo no momento certo, pelo que informa o Vereador Teresa Ribeiro que a “bandeira negra no ar” a dizer que tem de ser feito, mesmo quando se está a alavancar um Governo, por vezes sabe-se que não pode ser e qual a razão de não poder ser. E o PCP soube mostrar esse equilíbrio e foi determinante para se conseguir ter estabilidade política no país e isso tem de ser destacado, sendo que o PART é um exemplo, dos muitos outros, que se conseguiram, até para devolver direitos às pessoas, que considera que são, essencialmente, as “bandeiras da esquerda”, e que são “bandeiras comuns”.

**A Câmara Municipal tomou conhecimento, remetendo o documento ao conhecimento da Assembleia Municipal.**

### **3.2.8 - Resumo Diário da Tesouraria**

Presente o **resumo diário de tesouraria**, respeitante ao dia 25 de fevereiro de 2021, cujo saldo é de 1.769.040,49 €, correspondendo 1.641.724,33 € a dotações orçamentais e 127.316,16 € a dotações não orçamentais.

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

#### **Obras – Licenciamento**

Com base nos pareceres emitidos pelas entidades intervenientes, bem como pelos técnicos municipais, foram presentes os processos a seguir referenciados e que mereceram as seguintes deliberações:

- **Processo n.º 450.10.204.03/2021/9**, em nome de **Sandra Cristina Gambutas Almas Rosado** - Trata-se de uma operação urbanística referente ao pedido Alteração e ampliação de uma habitação, sita na Avenida Marechal Craveiro Lopes n.º 56, em Vendas Novas. Verificando-se a conformidade do projeto de arquitetura entregue com a legislação em vigor,



LR  
R

nomeadamente o Plano Diretor Municipal de Vendas Novas e o Decreto-lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro na sua última redação, estão reunidas as condições para o seu deferimento.

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de arquitetura do Processo n.º 450.10.204.03/2021/9, em nome de Sandra Cristina Gambutas Almas Rosado, de acordo com a informação técnica (INT\_CMVN/2021/762).**

- **Processo n.º 450.10.204.03/2020/73, em nome de Pedro Miguel Franco Gomes - Trata-se de uma operação urbanística referente ao pedido de licenciamento para construção de uma moradia unifamiliar de 1 piso e muros de vedação na rua António Maria Casquinha n.º 81, em Vendas Novas. Por deliberação camarária, foi aprovado o projeto de arquitetura a 2020/11/25. Foram entregues os projetos de especialidades acompanhados dos respetivos termos de responsabilidade a 18/02/2021.**

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de licenciamento do Processo n.º 450.10.204.03/2020/73, em nome de Pedro Miguel Franco Gomes, ao abrigo do artigo 23.º do RJUE, de acordo com a informação técnica (INT\_CMVN/2021/805).**

- **Processo n.º 450.10.204.03/2018/97, em nome de Telma Cristina de Campos Alexandre - Trata-se de uma operação urbanística referente ao pedido alteração ao projeto inicial da construção de uma habitação unifamiliar de 2 pisos, muros de vedação e construção de um anexo no Bairro Lino de Carvalho, lote 11 em Foros da Afeiteira, em Vendas Novas. Por deliberação camarária, foi aprovado o projeto de arquitetura a 2021/02/01. Foram entregues os projetos de especialidades acompanhados dos respetivos termos de responsabilidade a 15/02/2021.**

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de licenciamento do Processo n.º 450.10.204.03/2018/97, em nome de Telma Cristina de Campos Alexandre, ao abrigo do artigo 23.º do RJUE, de acordo com a informação técnica (INT\_CMVN/2021/783).**

- **Processo n.º 450.10.201.02/2020/2, em nome de Catarina Constantino Matos Afoito - Respeita a presente pretensão a um pedido de alteração à licença de Operação de Loteamento**



e respetivas Obras de Urbanização com o Alvará de Loteamento Municipal n.º 1/2010, localizado no Bairro Lino de Carvalho, em Foros da Afeiteira, Vendas Novas, com incidência no Lote 4. A pretensão visa a alteração da localização da garagem e do acesso automóvel ao interior do Lote 4. Atendendo a que: a) Foram entregues os elementos instrutórios exigíveis para a apreciação do processo; b) Em face da análise dos elementos instrutórios, bem como das disposições previstas no Alvará de Loteamento Municipal da Afeiteira n.º 1/2010, considera-se nada haver a obstar à viabilidade da proposta de alteração ao loteamento apresentada. C) Ao abrigo do RJUE, as declarações dos autores dos projetos constituem garantia bastante para o cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis. D) Em cumprimento do disposto no n.º 3 do art.º 27.º do RJUE foram notificados os proprietários dos lotes constantes do Alvará de Loteamento n.º 1/2010, para, querendo, se pronunciarem por escrito no prazo de 10 dias sobre a pretensão em assunto. E) Não se verificou a oposição escrita de qualquer dos titulares dos lotes constantes do alvará. Considera-se que a pretensão reúne as condições necessárias para ser deferida

**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração à licença de Operação de Loteamento e respetivas Obras de Urbanização com o Alvará de Loteamento Municipal n.º 1/2010, no âmbito do Processo n.º 450.10.201.02/2020/2, em nome de Catarina Constantino Matos Afoito.**

#### **APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA**

Para que as deliberações possam ter efeitos imediatos, foi elaborada uma minuta, que depois de lida e colocada à votação, de acordo com o disposto no artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi aprovada, por unanimidade.

#### **FORMA DE VOTAÇÃO**

Todas as deliberações tomadas na presente reunião foram objeto de votação nominal.

#### **CONCLUSÃO DA ACTA**

E, não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal



## CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

encerrada a reunião eram 16 H 03 sendo a presente ata assinada pelo Sr. Presidente, Luís Carlos Piteira Dias e por mim, Pedro Miguel Dias Pinto, na qualidade de Secretário do GAP, que a redigi e lavrei.

Os documentos identificados na presente ata são arquivados no maço de documentos respeitantes ao ano de 2021.

**O Presidente da Câmara Municipal**

**O Secretário do GAP**

Vendas Novas, 26 de fevereiro de 2021



## CÂMARA MUNICIPAL DE VENDAS NOVAS

Aprovada, **por maioria**, com votos contra dos Vereadores Teresa Ribeiro e Emília Paulino, na reunião realizada em 31/03/2021.

**O Presidente da Câmara Municipal**

**O Chefe da DAF**



### **Declaração dos Vereadores da CDU Teresa Ribeiro e Maria Emília Vicente**

**Sobre a deliberação do assunto “3.1-Empreitada Ciclovía e via pedonal de modo a interligar a Av. 25 de Abril, o Parque Desportivo, o Parque de Feiras e Exposições e as Escolas Secundárias e C+S - Aprovação de elementos de projeto e de concurso”**

Na reunião ordinária da Câmara Municipal de Vendas Novas realizada, no dia 26 de fevereiro de 2021, nós, Vereadores Teresa Ribeiro e Maria Emília Vicente, salientámos sobre o “Empreitada Ciclovía e via pedonal de modo a interligar a Av. 25 de Abril, o Parque Desportivo, o Parque de Feiras e Exposições e as Escolas Secundárias e C+S - Aprovação de elementos de projeto e de concurso” nomeadamente que:

1. A Câmara Municipal, sob a gestão do Presidente da Câmara Luís Dias, designadamente:

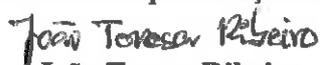
- a) Em 2015, aprovou o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) de 2016, no qual está incluído o projeto “Ciclovía e via pedonal de modo a interligar a Av. 25 de Abril, o Parque Desportivo, o Parque de Feiras e Exposições e as Escolas Secundárias e C+S ” para ser executado em 3 anos e com um investimento total previsto de 275.000 euros. Do programado e previsto nada foi gasto;
- b) Em 2016, aprovou o PPI de 2017, no qual está incluído o projeto “Ciclovía e via pedonal de modo a interligar a Av. 25 de Abril, o Parque Desportivo, o Parque de Feiras e Exposições e as Escolas Secundárias e C+S ”para ser executado em 3 anos e com um investimento total previsto de 275.000 euros. Do programado e previsto nada foi gasto;
- c) Em 2017, aprovou o PPI de 2018, no qual está incluído o projeto “Ciclovía e via pedonal de modo a interligar a Av. 25 de Abril, o Parque Desportivo, o Parque de Feiras e Exposições e as Escolas Secundárias e C+S” para ser executado em 2 anos e com um investimento previsto de 80.000 euros. Do programado e previsto nada foi gasto;
- d) Em 2018, aprovou o PPI de 2019, no qual está incluído o projeto “Ciclovía e via pedonal de modo a interligar a Av. 25 de Abril, o Parque Desportivo, o Parque de Feiras e Exposições e as Escolas Secundárias e C+S ”para ser executado em 2 anos e com um investimento previsto de 365.000 euros. Do programado e previsto foi gasto 500 euros;
- e) Em 2019, aprovou o PPI de 2020 no qual está incluído o projeto “Ciclovía e via pedonal de modo a interligar a Av. 25 de Abril, o Parque Desportivo, o Parque de Feiras e Exposições e as Escolas Secundárias e C+S ”para ser executado num ano e com um investimento total previsto de 500.000 euros. Do programado e previsto foi gasto 4.961,21 euros;

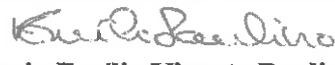
- f) Em 2020, aprovou o PPI de 2021 no qual está incluído o projeto “Ciclovía e via pedonal de modo a interligar a Av. 25 de Abril, o Parque Desportivo, o Parque de Feiras e Exposições e as Escolas Secundárias e C+S ” para ser executado num ano e com um investimento total previsto de 1.000.000 euros;
2. O senhor **Presidente da Câmara, Luís Dias**, propôs e apresentou a Câmara Municipal sobre o **investimento total previsto para a execução** do citado projeto “Ciclovía e via pedonal de modo a interligar a Av. 25 de Abril, o Parque Desportivo, o Parque de Feiras e Exposições e as Escolas Secundárias e C+S ”, **valores muito diferentes 275.000 euros, 80.000 euros, 365.000 euros, 500.000 euros e 1.000.000 euros;**
  3. O senhor **Presidente da Câmara, Luís Dias**, entregou aos Vereadores da CDU, apenas com **2 dias de antecedência** do início da presente reunião, a **documentação**, constituída por mais de 190 páginas e desenhos, sobre o mencionado projeto “Ciclovía e via pedonal de modo a interligar a Av. 25 de Abril, o Parque Desportivo, o Parque de Feiras e Exposições e as Escolas Secundárias e C+S ”.
- Era praticamente impossível, em 2 dias, **analisar-se e tomar-se uma posição consciente e responsável** sobre o projeto em apreço cuja sua **execução** irá custar **1.500.000 euros** segundo a documentação que nos enviou o senhor Presidente da Câmara, Luís Dias:
4. **Está registado** no Plano Plurianual de Investimentos de 2021, aprovado por maioria, que o projeto “Ciclovía e via pedonal de modo a interligar a Av. 25 de Abril, o Parque Desportivo, o Parque de Feiras e Exposições e as Escolas Secundárias e C+S ” **será realizado em 2021** e com um investimento total previsto de **1.150.000 euros** (150.000 euros de financiamento definido e 1.000.000 de financiamento não definido), neste montante está incluído o valor aprovado, por maioria, na “1.ª revisão ao Orçamento, PAM e PPI de 2021”;
  5. O senhor **Presidente da Câmara, Luís Dias**, na presente reunião faz a proposta da “**Empreitada Ciclovía e via pedonal de modo a interligar a Av. 25 de Abril, o Parque Desportivo, o Parque de Feiras e Exposições e as Escolas Secundárias e C+S - Aprovação de elementos de projeto e de concurso**” **ser realizada em 2 anos** e com um **investimento total** previsto de **1.500.000 euros** o que **não respeita** o que foi aprovado pela Assembleia Municipal de Vendas Novas.

Com fundamento nas razões acima expostas registadas nos números 1, 2, 3, 4 e 5 supra, os **Vereadores da CDU Teresa Ribeiro e Maria Emília Vicente decidem não participar** na apreciação e votação do presente assunto da reunião e **requerem** que esta **sua declaração fique registada**, na íntegra, na **Ata da presente reunião da Câmara Municipal de Vendas Novas** realizada hoje, dia 26 de fevereiro de 2021.

Vendas Novas, 26 de fevereiro de 2021

**O Vereador e a Vereadora da Câmara Municipal de Vendas Novas,**  
eleitos em representação da CDU e do Concelho de Vendas Novas.

  
**João Teresa Ribeiro**

  
**Maria Emília Vicente Paulino**

Doc. 29/2021



O Concelho de Vendas Novas  
Merece sempre mais e melhor!



### Declaração de Voto

Sobre a **deliberação** do assunto “3.2.1, intitulado, “Ata n.º 01, respeitante à reunião realizada em 08/01/2021”, da **ordem do dia** da reunião ordinária da Câmara Municipal de Vendas Novas realizada, no dia 26 de fevereiro de 2021.

Na reunião ordinária da Câmara Municipal de Vendas Novas realizada, no dia 26 de fevereiro de 2021, nós, Vereadores Teresa Ribeiro e Maria Emília Vicente, **votámos contra a deliberação** acima identificada, em especial **pelas seguintes razões**:

1. Porque **propostas** apresentadas, que nos foram entregues e que fundamentaram o sentido da nossa votação, **de deliberações aprovadas**, na reunião supra, **não estão** incompreensivelmente **registadas**, na íntegra, no texto da “Ata n.º 01” aprovada.

Com este procedimento o Presidente da Câmara e a maioria da Câmara **não respeitaram** os princípios da *clareza, objectividade e suficiência* a que as deliberações estão legalmente sujeitas;

2. Porque **defendemos** que em especial **as populações**, os munícipes e instituições do nosso Concelho **têm o direito de conhecer** o texto integral das **deliberações aprovadas** na citada reunião, através da **simples consulta e leitura** da “Ata n.º 01”, aquando da sua publicação no **sítio da internet** do Município de Vendas Novas;

3. Porque o Presidente da Câmara e a maioria da Câmara na **aprovação** da “Ata n.º 1” **não cumpriram** o disposto no n.º 2, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

4. Porque o Presidente da Câmara e a maioria da Câmara na **aprovação** da “Ata n.º 01” **não cumpriram** o disposto no n.º 1, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, porque na “Ata n.º 01” **não ficou registado** de forma rigorosa, clara, inteligível, objectiva e fidedigna tudo o que de **essencial** ocorreu na citada reunião.

Foram as **razões** agora expostas, que essencialmente **motivaram** os Vereadores Teresa Ribeiro e Maria Emília Vicente Paulino a **votar contra** a deliberação sobre a “Ata n.º 01” acima identificada.

Vendas Novas, 26 de fevereiro de 2021

O Vereador e a Vereadora da Câmara Municipal de Vendas Novas,  
eleitos em representação da CDU e do Concelho de Vendas Novas.

*João Teresa Ribeiro*  
**João Teresa Ribeiro**

*Maria Emília Vicente Paulino*  
**Maria Emília Vicente Paulino**

**Nota:** Os Vereadores da CDU **requerem e defendem**, no exercício dos seus direitos e cumprimento das suas funções autárquicas, nomeadamente que a presente **declaração** de voto **fique registado**, o seu título, e **anexada sempre**, ou seja, **acompanhe sempre** as Atas das reuniões da Câmara Municipal de Vendas Novas realizadas respectivamente nos dias 08 de janeiro e 26 de fevereiro de 2021.